

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck



005ª CECE 11MAR2025

Pauta: Gestão das Escolas Municipais.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h15min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE. Bom dia a todos e a todas, gostaria de saudar os meus colegas vereadores, Ver. Gilson; Ver.^a Grazi; Ver. Carlo; Ver.^a Juliana, que se encontra já aqui na comissão, que é a proponente da pauta de hoje, gestão das escolas municipais; saudar a presença do nosso secretário municipal de educação, Leonardo Pascoal, já convido de pronto fazer parte da nossa Mesa; os convidados, a Defensoria Pública, a Dra. Paula, não sei se já se encontra; Fórum dos Conselhos Escolares, a Sra. Estela Benevenuto; Associação dos Trabalhadores em Educação no Município – ATEMPA, a Rosele Bruno de Souza; pelo Simpa, a Cindi; pela Associação de Juristas pela Democracia, o Leonardo Kauer. Gostaria de fazer uma saudação aqui, que está nos prestigiando, o secretário municipal da fazenda de São Gabriel, Artur Goularte. Tuca, gente boa, se encontra? (Pausa.) Obrigado pela presença, Tuca.

Então, secretário, a nossa pauta hoje foi uma demanda da Ver.^a Juliana, é sobre a gestão das escolas municipais. Eu vou, Ver.^a Juliana, até para nós

conseguirmos, então, tratar o tema, passar a palavra para V. Exa., por cinco minutos, para fazer uma explanação inicial, como proponente da matéria, para depois, então, nós passarmos para o secretário Leonardo e após aos nossos convidados. Eu gostaria de convidar para a Mesa, a presidente do Conselho Municipal de Educação, Aline, que eu já peço desculpas, Aline, por não ter chamado na hora certa, mas faça parte da nossa Mesa. Então, Ver.^a Juliana, V. Exa. tem tempo de cinco minutos.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, presidente, boa tarde, Ver.^a Grazi, Ver. Gilson, Ver. Carlo, meus colegas aqui de comissão, boa tarde, secretário, é um prazer recebê-lo aqui na nossa comissão. Nós já vínhamos, ansiosos, com outras pautas de educação para poder dialogar aqui diretamente também com o nosso novo secretário. Boa tarde aos nossos convidados e também a quem nos acompanha aqui. O motivo desse pedido de pauta é porque as nossas escolas foram surpreendidas antes do início do ano letivo com uma mudança em um dos principais pilares que caracterizam, que definem a nossa rede municipal de educação. A gestão democrática é um princípio que se constitui como uma das principais identidades da nossa rede. E a proposta, a iniciativa do atual governo Melo de atacar a gestão democrática, de acabar com as eleições para diretores e diretoras das nossas escolas, representa um ataque à educação de forma global, compreendendo que a democracia se constitui também como um elemento organizador da nossa rede. Nós temos aqui representantes das comunidades escolares que ainda estão muito tocados e recebendo essa nova definição como algo que não apenas descaracteriza a nossa rede, mas que ataca a organização das comunidades escolares e que ataca a própria construção dos nossos processos pedagógicos nas escolas. Nós, na sequência desse anúncio, fizemos a solicitação de pauta aqui para a nossa comissão, para inclusive poder tratar isso no início do ano letivo. Estamos tendo outras articulações, inclusive em nível federal, para fazer o questionamento desse tema. Lembramos que o nosso Município tem lei aprovada de eleição direta para os diretores e diretoras desde 1993, a gestão democrática está na

nossa LDB, ou seja, esse é um debate que a gente como um acúmulo histórico da rede municipal de educação. Então, fizemos esse pedido para poder ter essa reunião ainda no início do ano letivo. Tínhamos pedido, inclusive, para que fosse no dia 18, mas, no dia 18, a secretaria nos anunciou que o secretário não poderia estar presente, porque estava acompanhando o início do ano letivo, nós trocamos a data, e, no dia 18, nós vimos os primeiros movimentos de demonstração do autoritarismo que uma medida como essa abre na nossa rede, com a destituição de dois diretores, da diretora da EMEI Tio Barnabé, do diretor da EMEF Migrantes; duas escolas que foram duramente atingidas pela enchente, destruídas pela maior tragédia climática que nós já vivemos nessa cidade, a maior do País, e foram duas direções que estiveram comprometidas, incansavelmente, desde o primeiro momento, para reconstruir as suas escolas, construindo esse movimento junto com as suas comunidades escolares, com as suas equipes, que reabriram as escolas no primeiro dia letivo e que, no segundo dia letivo, foram destituídas, enquanto nós estávamos, presidente, em reunião na Secretaria Municipal de Educação, para tratar do remanejamento forçado dos monitores e monitoras, outra medida que também, Cindi, Rosele, caracteriza a identidade autoritária dessa gestão da SMED. Então, para nós, é muito importante que possamos, aqui, frente a essa comissão, discutir quais são as perspectivas da nova Secretaria de Educação no sentido de resguardar aquilo que é um patrimônio, o que é um acúmulo histórico desta cidade. As eleições para diretores e diretoras são um patrimônio histórico dessa cidade, são identidade da rede municipal de educação, e, talvez, o nosso novo secretário ainda precise se apropriar mais dos elementos que caracterizam essa rede. E esse é um deles. O princípio da gestão democrática é um desses elementos que nos identificam enquanto rede e é por isso que nós estamos aqui, porque nós não estamos aceitando como dado, como definido esse movimento. Nós seguiremos lutando para reverter essa medida. Nós não temos dúvida que a construção dos caminhos para melhorar os nossos índices na educação perpassam por acabar com a corrupção na SMED, que a gente viu virar, inclusive, notícia e vergonha nacional no Fantástico dessa semana. A gente

qualificar, valorizar o nosso corpo docente e a gente garantir o princípio da gestão democrática também é um dos elementos, uma das estratégias para a gente melhorar os nossos índices, secretário. Então, é por isso que a gente propõe esse momento, para que a gente possa abrir essa discussão aqui e construir, junto com essa Casa também, os caminhos para preservar a identidade da nossa rede, para preservar aquilo que é caro e para interromper os movimentos de autoritarismo que já estão ocorrendo e interromper inclusive o processo que tem sido cotidiano de ameaça, em várias medidas, àqueles e àquelas que estão nos corpos diretivos das suas escolas. Porque o que aconteceu com esses dois colegas acaba servindo também como uma ameaça indireta aos demais diretores e diretoras democraticamente eleitos pelas suas comunidades escolares, com o mandato vigente, como estavam aqueles dois diretores destituídos. E nós não aceitaremos nenhum tipo de ameaça de assédio moral como método de gestão na nossa rede municipal aqui. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana.

Eu vou inverter um pouco a ordem, secretário, se o senhor me permite. Vou passar para a Estela, do Fórum dos Conselhos Escolares, vamos inverter e aí o secretário fala por último, pode ser? A senhora tem cinco minutos. (Pausa.)

Só para contextualizar, o secretário é o nosso convidado, nós temos que demandar as nossas questões e, depois, a gente faz uma nova passada para então satisfazer as dúvidas, tá?

SRA. ESTELA CARVALHO BENEVENUTO: Boa tarde, em nome do fórum, como representante do Fórum dos Conselhos Escolares, sou Estela Benevenuto, professora da rede municipal e presidente do Conselho Escolar da EMEF Martim Aranha. Agradeço à Mesa, aos vereadores, às vereadoras, ao nosso secretário, que está aqui presente, à Aline, à representação do Simpa e da ATEMPA, por ter a chance de chegar até esta Casa para falar de várias questões. Mas eu vou me ater especificamente a algo que nos pegou de

surpresa no início do ano, que é a mudança no processo de escolha das direções das escolas municipais.

Como já foi falado pela Ver.^a Juliana de Souza, a nossa rede municipal tem 40 anos de uma prática democrática, que é a eleição direta para as direções das escolas, e esse processo envolve intensamente as comunidades. As nossas escolas representam essas comunidades, elas se encontram nas áreas mais periféricas da cidade, nas áreas mais abandonadas da cidade. As nossas escolas, muitas vezes, são a única referência do poder público dentro desses espaços. Então, a relação das comunidades, dos responsáveis, dos alunos, dos funcionários com as direções é sempre uma relação muito direta, é uma relação de confiança, é uma relação de troca.

A partir disso, nós, enquanto fórum, e as próprias comunidades também, começamos a questionar e vimos, infelizmente, esse ato como um ato que não respeita a trajetória desta rede, desta capital e dessas comunidades. Lembrando, a Ver.^a Juliana já fez referência, mas nós temos uma legislação, uma legislação atual de 2020, que prevê uma série de coisas que estão sendo colocadas agora. Ela já tinha previsão, e estávamos trabalhando nesse sentido, de alcançar o IDEB. Então, as escolas têm uma responsabilidade de responder positivamente para o crescimento do IDEB. Ela já prevê também o curso de formação das direções. Então, as últimas eleições que nós tivemos, a minha escola, em particular, teve uma eleição direta para a direção em 2022, e todos os candidatos que foram concorrer à direção tiveram que fazer um curso, tiveram que apresentar um plano de gestão. Não era simplesmente se candidatar, mas sim apresentar coisas que estivessem alinhadas com a proposta pedagógica da nossa SMED, enfim, da rede como um todo. Além disso, como eu já falei, esse plano de gestão tinha que ser aprovado pela comunidade e também pela SMED. Então, todo esse diálogo retrata muito essa caminhada que já vem de muito tempo.

Eu gostaria também de ressaltar algo que está sendo muito questionado: essa questão do nosso IDEB. Realmente, o nosso IDEB teve uma diminuição, mas o IDEB e a melhoria do ensino não é algo que acontece de um ano para o outro;

a gente sabe que é todo um processo. E nós tivemos uma pandemia, que repercutiu, sim, até 2022, e podemos dizer que até 2023. Então, quem está em sala de aula, está na prática, no dia a dia, no chão da escola, sabe que os alunos que estão chegando no quarto e quinto ano são crianças que não tiveram uma alfabetização adequada, são crianças que foram alfabetizadas através de polígrafos, videoaulas, e não que isso fosse culpa dos professores ou das direções ou até mesmo da SMED, mas sim pelo contexto que nós estávamos vivenciando.

Se nós formos analisar, antes desse processo, o nosso IDEB era um IDEB 5. Ele caiu? Realmente, ele caiu, mas nós temos todo um contexto que levou a tudo isso. Fora isso, na antiga gestão, melhor, na gestão anterior deste governo, nós tivemos quatro secretários, nós tivemos trocas muito constantes. Então, o próprio trabalho de rede, em muitos momentos, foi atropelado, porque cada secretária que entrava trazia uma nova equipe, trazia uma nova proposta.

Então, eu venho aqui representando o fórum, mas esse fórum representa as comunidades, e volto a reafirmar: as escolas são um espaço muito caro para as nossas periferias. As nossas mães – e, no geral, são as mães que representam as famílias – veem na escola um ponto de referência. As direções são aquele espaço onde elas chegam, conversam, trocam, recebem um amparo e, infelizmente, no momento em que chega alguém que não é conhecido, mesmo que seja alguém concursado, alguém que seja da rede, isso desorganiza. Não desorganiza só o interno das escolas, mas também desorganiza as famílias, as comunidades. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Profa. Estela.

Convido a Cindi, representante do Simpa. A senhora tem cinco minutos.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Primeiramente, quero agradecer o convite e agradecer a iniciativa de trazer para a pauta da CECE esse assunto...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Cindi, eu vou garantir o seu tempo, mas eu queria, vereador de primeira viagem, um vereador mais antigo tem que perdoar. Eu gostaria de citar aqui a presença, que já está na nossa Mesa, do Ver. Giovani Culau. Seja muito bem-vindo e que o senhor venha mais vezes aqui. Cindi, estão garantidos os seus cinco minutos.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Então, comecei agradecendo o convite, a iniciativa de que esse debate pudesse acontecer. Estou entendendo que a importância dele está refletida nas presenças aqui, nos aceites dos convites, nas presenças de quem está interessado em tratar desse assunto, porque, para nós, para quem não me conhece, meu nome é Cindi, sou diretora-geral do Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. E quem conhece a nossa história sabe que a educação, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação sempre estiveram muito presentes na construção, além da ATEMPA, do próprio sindicato. E temos uma história de luta, de resistência em relação às nossas conquistas e em relação às nossas demandas que muito nos orgulham. Então, com essa minha apresentação aqui, eu queria trazer algumas questões, que eu sei que a Rosele vai trazer mais dados, considerar algumas questões mais de estatística, enfim, mas eu queria trazer aqui uma reflexão que não é exatamente filosófica, não é exatamente pragmática, mas ela é da realidade. Nós estamos aqui, secretário, como a Estela falou, na presença do quinto secretário dentro dos mandatos legítimos do prefeito Melo. E já assistimos a várias situações que, no mínimo, deveriam gerar algum tipo de constrangimento ao prefeito Melo, inclusive porque, dentro das questões públicas que foram apontadas no processo de investigação da última, digamos assim, comprovação de maltrato do dinheiro público e da gestão pública, até o próprio filho do prefeito está envolvido nessas investigações, tanto que ele foi afastado da vida pública em função disso. Então, eu imagino que, na condição de secretário de Educação, quando o senhor assume e vem da Prefeitura de Esteio, e eu sei que a Grazi conhece o secretário também na condição dupla de secretário de Educação lá em Esteio, sabemos da sua trajetória na sua condição de gestor, não nos

sentimos surpresos com isso. Mas a gente quer trazer para o senhor aqui, numa conversa presencial, o fato de que a rede municipal de ensino, hoje, que conta com 100 escolas, a centésima foi a partir daquela municipalização da Escola Leopolda Barnewitz, é uma rede que tem história. É uma rede que tem história! O senhor está se relacionando com uma rede que foi referência internacional, do ponto de vista da sua proposta político-pedagógica. E nós não estamos falando aqui de partido, nós estamos falando de política. E isso é uma questão que eu acredito que, na vida política que o senhor já desenvolveu, o senhor tenha reconhecimento tranquilo em relação a esses conceitos, que são bastante diferentes. A gente se surpreende quando tratamos ainda sobre a necessidade de questionar a escola sem partido ou a escola com mordça. Nos surpreendemos quando, ao invés de fazer uma tratativa, quando o senhor fala que o professor precisa ser respeitado – e eu estou aqui repetindo uma fala pública sua –, a questão para nós é qual é o respeito a que o senhor se refere. Quando o senhor diz que ele é a autoridade dentro da sala de aula, a gente tem um pouco de dificuldade de compreender onde é que isso entra, dentro do processo da gestão democrática, que não somos nós que defendemos, é a vida que nos ensinou. A vida que nos ensinou como é que nós devemos dar conta da nossa condição de profissionais que praticam o ato pedagógico de fazer com que as pessoas que frequentam as nossas escolas tenham capacidade de analisar a sua situação de vida e dar significado para o seu futuro. Esse é o nosso papel. E nós não vamos abrir mão, secretário. Nós não estamos falando aqui de um debate partidário, nós estamos falando aqui de um debate político-pedagógico. A escola tem a sua proposta político-pedagógica, que deve ter como referência a proposta político-pedagógica da SMED. Nós estamos dizendo aqui que, sim, a SMED tem que ter uma proposta político-pedagógica, que deve ser debatida, que deve ser dialogada dentro de cada uma das escolas, dentro das instâncias dos conselhos escolares, dentro do Conselho Municipal de Educação, e são instâncias que têm respaldo federal no sentido da sua existência. Nós não estamos aqui criando uma bolha onde a gente diz que aqui só entra quem pensa como nós. Muito antes pelo contrário, a gente defende a diversidade, a gente

defende o conflito de ideias, o confronto de ideias; mas a gente também defende que a escola é um espaço educativo, um espaço de construção de cidadania, e nós não vamos abrir mão disso, secretário. E acreditamos que o senhor vai se convencer, à medida que o processo acontece, à medida que o tempo passa, de que não vale a pena nos enfrentar, não vale a pena praticar, como o senhor está fazendo, pelo que a gente consegue perceber, a intervenção dentro da escola, a partir do mando que o prefeito lhe deu como secretário de Educação. A gente acredita que o senhor vai ser sensível a isso e vai dialogar conosco. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Cindi. De imediato, eu passo para a Rosele, que fala pela ATEMPA.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Primeiro, eu queria começar dizendo que essa experiência – e aí vou falar, secretário – é uma coisa que... Não é uma questão de combater, mas é uma questão de dialogar. Quando a gente teve a gestão do Marchezan, que o Adriano entrou, ele usou os índices para desqualificar a rede e para, digamos assim, avalizar aquilo que ele estava fazendo. A mim incomodou muito, quando eu fui ver a apresentação do pacto... Como é que era? Porto Educação, não era pacto, era Porto Educação, onde, aliás, tinha todo o empresariado assistindo qual seria a proposta para a educação. Eu trago aqui para a gente pensar um pouquinho na questão dos números. Como a gente pode usar os números? Porque eu tenho aqui os números do IDEB. O IDEB de Porto Alegre, desde a série histórica, quando começou, ele começou com 3,6. E nós chegamos, em 2021, a 5,2. Em 2021, já era prefeito Melo. E aí, nós caímos para 4,7. Então, a culpa é do prefeito Melo. A gente despencou no IDEB. Então, é isso que a gente pode dizer? Ou a gente precisa avaliar outras coisas aqui junto? Então, o que eu trago aqui é: a gente usa falsas verdades. Primeiro, a lei de diretores é inconstitucional. Ela só passou a ser inconstitucional – e aí o nosso advogado aqui vai esclarecer melhor – quando foi pleiteada a sua inconstitucionalidade. Porque, até então, ela serviu,

e era constitucional, e se prestou. Tanto que, ao fim e ao cabo, quem nomeia todos os diretores eleitos é o prefeito. O que pode acontecer é o prefeito nomear alguém que passou por um processo democrático. O que eu acho mais contraditório – e aí a gente está na Casa que representa a democracia, porque vocês foram eleitos em um pleito democrático – é que se usa a eleição para, tipo, ter um cheque em branco. Só que eu queria que o secretário me mostrasse, porque eu li todo o programa de governo do prefeito, e não tem o fim da eleição. Mas tem uma coisa que é ilegal, que é a escola cívico-militar. Então, são essas contradições que, sinceramente, eu não consigo entender. Nós estamos aqui falando de coisas, ou poderíamos estar aqui falando de ideias para melhorar realmente a rede. Naquele dia em que eu fui à reunião com o senhor, que eu disse que nós tínhamos a capital com mais alunos de inclusão, e o senhor disse que era aparelho, não, secretário, não é. Dos dados do Censo de 2023, só Rio Branco tem mais alunos de inclusão percentualmente do que Porto Alegre. Todas as demais têm muito menos. São Paulo é quase a metade, Rio de Janeiro é quase a metade, Florianópolis é muito pouco. Então, a gente vai vendo o que a gente precisa? A gente precisa pensar em políticas que qualifiquem a nossa rede. E a rede está disposta. Eu não estou dizendo aqui que a gente não tem problema, mas a gente pegar um índice do IDEB e simplesmente jogar como se fosse culpa dos profissionais, sem considerar que essa rede vem há anos... Aqui a gente tem tudo gravado. Quanto tempo eu venho aqui dizer que a gente está com falta de professores, que a gente não tem estrutura que a inclusão tem que ser pensada de outra maneira, porque a inclusão desorganiza a escola. Ela é maravilhosa. E a gente está falando de um lugar onde a gente faz a inclusão efetivamente. Onde a gente, de fato, pensa na inclusão. Podemos melhorar? Sempre podemos. Mas a gente pensa na inclusão.

Então, secretário, a gente está aqui chamando para o diálogo, mas é um diálogo de escuta. Não é um diálogo que venha com os dados presentes, e que culpe... porque já chega de botar essa coisa... Eu sempre ouvi essa fala de que precisamos valorizar o profissional. A gente precisa parar com essa ideologização. Mas quem está fazendo isso não somos nós. Até porque, se

qualquer professor for ideologizar dentro de alguma sala de aula, ele pode ser punido, ele pode perder o seu cargo. Existe a lei para isso. Então, essa fala para as bolhas, essa fala para o senso raso, de que os professores estão ideologizando, é mentira! Tem alguma coisa no público que garanta um discurso que não é verdade. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Rosele. A Sra. Aline Kerber, Conselho Municipal de Educação – CME, está com a palavra.

SRA. ALINE KERBER: Boa tarde a todas e a todos, as pessoas que nos assistem pela TVCâmara, ao presidente, Ver. Rafael Fleck, e também à vice-presidente, Ver.^a Juliana, Ver.^a Grazi, Ver. Carlo, que compõem essa importante comissão, que é a CECE, também o Dr. Leonardo Kauer. O Ver. Gilson estava aqui, desculpa, não lhe referenciar, mas sei do seu trabalho e que foi também presidente desta comissão. E o secretário, Leonardo Pascoal. Então, muito bom estarmos aqui novamente nessa terceira reunião da CECE neste ano. Acho que vamos também criando o nosso caldo de debate, de compreensão, de entendimentos, e é exatamente isso que nós acreditamos, que o dissenso é muito importante, como disse a Rosele e também a Cindi e a Estela, que, na pluralidade de ideias, que também é um preceito constitucional e de concepções pedagógicas, nós vamos buscando cumprir com o nosso papel no campo das políticas públicas de educação. Acho que a Cindi traz bem essa diferença entre um debate partidário e um debate no campo das políticas públicas de educação, e nós assentamos esse debate nesse campo. Acho que é muito importante nós referenciar.

Tivemos uma Conferência Nacional de Educação no ano de 2024. Eu representei os Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul, fui eleita como delegada, e tem vários aqui que também estavam presentes nessa Conferência Nacional de Educação. E o que a Conferência Nacional de Educação definiu como política nacional de educação para os próximos 10 anos no Brasil? Podem questionar e tal, mas é um consenso nacional. Decidiu por

eleições diretas em todo o País, 100%, essa é a meta. E a proposição 19.1 traz a questão da emenda constitucional, colocar na Constituição uma emenda que defina claramente o que é gestão democrática e que se trata de eleição direta de diretores. Então, esse é o debate atual, nacional, é o acúmulo que se tem, e, certamente, esse ano aprovado no Congresso Nacional vem para Porto Alegre para que seja atualizado o Plano Municipal de Educação e as suas metas, que precisam estar de acordo e refletirem as metas do Plano Nacional de Educação. Mas o que, para nós, é muito importante de resguardar é a lei vigente. Nós temos uma lei do Plano Municipal de Educação, para a lei, além da lei da eleição de diretores, que é a Lei nº 11.858, de 2015. E qual é a meta 19? Vou ler aqui. “Assegurar condições para efetivação da gestão democrática da educação no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, para tanto, de forma que se mantenha a eleição direta para diretores de escolas e conselhos escolares, conforme a legislação municipal vigente”. Então, é muito importante, é muito importante para o Conselho Municipal de Educação, para o Fórum Municipal de Educação, a observância dessa lei do plano, em vigência, que determina a eleição direta e, também, em diálogo com a eleição de diretores. Na Conae – Conferência Nacional de Educação, que produz, então, o texto-base do Plano Nacional de Educação, é visto o fim das eleições diretas de diretores como autoritarismo na educação. E esse foi o debate feito, nacionalmente, agora, há um ano, em Brasília.

Do ponto de vista do Conselho Municipal de Educação, temos muitas dúvidas e somos provocados por muitas escolas em relação a esse processo que gerou uma insegurança jurídica, por exemplo, em relação à documentação. E aí a pergunta objetiva para o secretário: quem assina os documentos nesse limbo que existe? E acho que o fluxo da gestão democrática para uma decisão desse impacto, que está evidente o impacto aqui explicitado pelas professoras, especialmente, e também pelo Fórum dos Conselhos Escolares, o fluxo tem que buscar um parecer e uma avaliação do Conselho Municipal de Educação, do Fórum dos Conselhos Escolares, das direções do Fórum Municipal de Educação, há essa possibilidade e todos estão abertos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Pelo CME, então, obrigado, Aline. Eu gostaria de saudar aqui a Ver.^a Jane, minha vizinha do Bom Fim, seja bem-vinda. Nós estabelecemos, Ver. Giovani, uma rotina de ouvir os convidados e o secretário vai ser ouvido por último. Falou a primeira vereadora, que é a proponente, depois nós vamos abrir espaço para os vereadores. O Dr. Leonardo, representando a Ajurd, está com a palavra.

SR. LEONARDO KAUER ZINN: Boa tarde a todos, a todas. Meu presidente, eu tomo a liberdade de saudar todas as autoridades aqui nesse dia, na pessoa da nossa vice-presidente, Ver.^a Juliana Souza, sintam-se todas e todos cumprimentados, aqueles e aquelas que nos assistem. Meu nome é Leonardo Kauer, eu sou advogado, especialista em direitos humanos, sou conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério de Direitos Humanos e integro uma associação, que é a Associação de Juristas pela Democracia, a qual venho representar aqui nesse momento. Esse tema tem sido objeto de debate para nós. Eu enfrento ele como advogado também, mas a nossa associação também se detém sobre esse tema com muita preocupação. Por quê? Porque as pessoas, às vezes, têm dificuldade de compreender a dimensão que a escola pública cumpre no programa de justiça de transição. E a justiça de transição, é importante chamar a atenção das pessoas para isso, ela é o conjunto de políticas, processos políticos, judiciais, que a sociedade ativa após situações conflituosas, como foi, por exemplo, o período da ditadura, em busca de reconhecimento, verdade, memória, reparação, justiça, e também relacionado a reformas de instituições, com vistas, chamar atenção sobre isso, com vistas a não repetição, com vistas a não repetição. E passados mais de 35 anos da promulgação da nossa Constituição, diante dos acontecimentos em 8 de janeiro de 2023, e mais do que isso, sobre o que a gente presencia até hoje, é forçoso nós reconhecermos que a justiça de transição tem uma dificuldade imensa de cumprir a sua autoproclamada pretensão. Nós não conseguimos transitar para o estado de direito, porque os resquícios de autoritarismo são muito presentes na

nossa sociedade. E não por outro motivo, a justiça de transição se faz sentir com um conjunto de políticas públicas, e quando nós falamos da reforma de instituições, é muito comum que as pessoas associem essa reforma de instituições às forças de segurança, mas não exclusivamente. O Estado todo, o Estado brasileiro como um todo, precisa transitar nesse programa para que a gente consiga deixar o autoritarismo para trás e viver efetivamente o regime de liberdades públicas, o regime democrático. Então, quando nós temos um 8 de janeiro, com a ameaça de ruptura institucional, dissolução de regime democrático, é forçoso nós reconhecermos que nós não fizemos o dever de casa. E quando surge esse tema, que é o tema da eleição de diretores, eu quero chamar a atenção, porque há uma temática, uma incidência aqui, do programa da Justiça de Transição. Não é à toa que o constituinte fez a previsão de que a educação seria ministrada com princípios fundamentais, mas entre eles a liberdade, a aprendizagem, a produção do conhecimento, a divulgação, a pesquisa, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, e, um dos princípios fundamentais: gestão democrática. Não é por outro motivo, mas é por esse mesmo motivo, que a LDB, quando diz como será implementada a gestão democrática, ela se refere à participação das comunidades escolares e locais, e não é por outro motivo, mas é por esse mesmo motivo que a LDB prevê que as escolas serão dotadas, as escolas de educação básica, com níveis progressivos de autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Então, essa jurisprudência, que foi invocada da pior maneira possível, nesse cenário, que é o cenário em que nós precisamos de mais democracia e não de menos democracia pela Prefeitura, porque existe o princípio da constitucionalidade das leis, toda lei é constitucional até que seja declarada inconstitucional...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SR. LEONARDO KAUER ZINN: Então, esse dispositivo, ele é um dispositivo que visa o quê? Garantir que as pessoas sejam educadas, as nossas crianças, os nossos adolescentes ou mesmo os adultos, sejam educados na democracia

e para a democracia, com a democracia dentro da escola. Não é o momento de nós restringirmos a educação, restringirmos a democracia na educação, é o momento de nós aumentarmos a democracia. Essa jurisprudência que é invocada pela administração para declarar a inconstitucionalidade da lei, é uma jurisprudência que foi forjada há mais de trinta e tantos anos, ainda ao influxo do regime autoritário. Nós temos que dizer isso, porque a interpretação que se faz da Constituição não pode ser por tiras e não pode ser negando a eficácia de direitos fundamentais e esse é um direito fundamental. Concluindo, meu presidente, nós esperamos muito que o Tribunal de Justiça possa fazer um grande debate sobre isso e que também a administração se convença do grande equívoco que foi jogar na ilegalidade, na inconstitucionalidade, esse dispositivo, que é um dispositivo importantíssimo para a nossa sociedade, para a nossa comunidade de Porto Alegre. É isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dr. Leonardo. Prazer ter um colega advogado aqui na Mesa conosco. Eu vou, então, dar a palavra para o nosso secretário. Como houve muitos inscritos, os convidados, eu vou disponibilizar 10 minutos, secretário, está bom? Se precisar mais, a gente estende.

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Boa tarde a todos. Saudar especialmente o Ver. Rafael Fleck, presidente desta comissão; Ver.^a Juliana, vice-presidente e proponente desta discussão; Ver.^a Grazi, Ver. Gilson, Ver. Carlo, Ver. Jonas, Ver. Giovanni, Ver.^a Jane e a todas as entidades aqui representadas, convidados e a todos que nos acompanham. Bem, vamos lá. Primeiro, dizer que participo dessa discussão com absoluta tranquilidade, enfim, sobre a posição que temos pessoalmente, enquanto administração municipal, porque a discussão sobre esse tema é uma decisão de governo, para que a gente possa mudar o modelo até então vigente. Mas quero, antes de mais nada, porque foi referido aqui por várias vezes a palavra “autoritário”, “autoritário” e até dito que o secretário talvez não tenha se apropriado, quero aproveitar aqui para

me apresentar, especialmente à Ver.^a Juliana. Vereadora, eu sou um democrata na essência, eu participei do Movimento Estudantil, militei no Movimento Estudantil, disputei eleição, me elegi vereador com 22 anos, me elegi prefeito com 26 anos, me reelegi prefeito com 30 anos, então sou alguém forjado no ambiente democrático e valorizo isso, agora tenho minhas convicções e não me dobro por retóricas ou falas mais ásperas ou mais elevadas. Acho que a gente tem que estar sempre pronto para fazer o debate de forma democrática, como é em uma democracia: ou a gente constrói um consenso, ou nos dissensos a gente vai para o voto e resolve as coisas no voto, é assim que está estabelecido numa democracia.

A Constituição trouxe a gestão democrática como um princípio e coube à LDB regulamentar esse princípio. E a LDB é expressa quando ela diz o que é gestão democrática, está lá no artigo 14 da LDB, é expressa: “a gestão democrática se dará das seguintes formas”, está lá a participação dos profissionais da educação na construção dos projetos políticos pedagógicos e a participação das comunidades escolares nos conselhos escolares e nos fóruns de conselhos escolares. Está no artigo 14 da LDB, está regulamentado o que é gestão democrática. Ao longo do tempo se desvirtuou o princípio da gestão democrática para dizer que gestão democrática é a eleição direta de diretor. Isso não está previsto na LDB em nenhum momento. E não por acaso que o Tribunal de Justiça, em caráter liminar, declarou a inconstitucionalidade da Lei de Porto Alegre, a exemplo de uma vasta jurisprudência que o próprio tribunal tem nesse sentido, assim como a decisão do Supremo Tribunal Federal, de dizer que é uma medida inconstitucional, uma vez que é uma prerrogativa privativa do chefe do Poder Executivo à designação para qualquer função gratificada, seja ela de diretor de escola ou de qualquer outra que componha a estrutura da administração pública. Então isso está na Constituição, isso foi definido democraticamente na Constituição quando o constituinte redigiu essa peça, escreveu e foi votado. Talvez alguns cujos partidos votaram contra a Constituição não a tenham como algo a ser seguido, mas está lá na Constituição, assim como na LDB, que também foi objeto de discussão, de debate no

Congresso Nacional, e foi votada e trouxe expressamente o que é gestão democrática, volto a dizer, no seu artigo 14. Então tudo isso está amparado de forma muito segura no que diz a legislação do País. Nós também não estamos inventando a roda porque esse questionamento, esse modelo tem sido discutido e modificado em muitos municípios brasileiros, especialmente municípios que vêm conseguindo obter avanços importantes, como é o caso de Sobral, por exemplo, no Ceará, reiteradamente referenciado como um exemplo nacional de educação. A lei de 2020 tão exaltada foi justamente... Os que mais estão exaltando são os partidos que em 2020 votaram contra essa legislação.

Eu quero trazer aqui um dado do último ciclo de eleições da Rede Municipal de Educação, último ciclo de eleições no ano passado, onde tivemos 37 eleições em escolas municipais, 37, porque as eleições não são feitas no mesmo momento, há ciclos diferentes, de acordo com o vencimento dos mandatos até então vigentes. No último ciclo, que foi no ano passado, nós tivemos 37 eleições em 37 escolas municipais, e em 35 delas nós tivemos chapa única, só teve uma chapa inscrita, ou seja, em 95% das escolas houve apenas a inscrição de uma chapa. Se nós consideramos que democracia é eleição com chapa única... Eu acho que democracia exige que haja uma pluralidade de alternativas para que as pessoas possam escolher. Isso não é por acaso, há uma série de mecanismos que permitem que se tenha chapa única. O diretor, no final do ano, pode colocar aquele que eventualmente seria seu adversário à disposição, enfim, pode pedir o remanejamento daquele servidor. Então em 95% das eleições foi chapa única. Eu não considero que se faça democracia com chapa única; talvez quem acredite que Coreia do Norte, Cuba, seja democracia, pode considerar que isso é democrático, mas acho que democracia tem que ter debate e pluralidade de ideias.

Eu não estou aqui para colocar, Rosele, se você pegar as minhas manifestações, em nenhuma delas você vai ver – e eu sei que vocês têm acompanhado as minhas manifestações – eu colocar a culpa do IDEB nos professores. Em nenhum momento. Ao contrário, eu tenho dito que isso é um problema social que envolve a sociedade de um modo geral, e ainda digo mais, sempre nas minhas

manifestações: eu não estou aqui para encontrar culpados dos eventuais problemas que a educação de Porto Alegre tenha, não estou aqui para olhar para trás, estou aqui para olhar para frente, então em nenhum momento eu jamais referi que o problema do IDEB de Porto Alegre – que é uma consequência, o IDEB é tão somente um número que afere algumas questões – é dos professores, então isso não está posto de forma correta. Também colocar aqui, em relação ao que trouxe a Aline, que as decisões da Conferência Nacional de Educação... Primeiro que elas não são vinculativas, e, segundo, que tudo que foi discutido tem que ser ainda levado a cabo, a discussão dentro do Congresso Nacional, quando aí se vai constituir um Plano Nacional de Educação, então isso ainda precisa ser debatido, discutido e votado dentro do Congresso, e a maior prova de que é inconstitucional esse tipo de eleição para diretor é que justamente uma das iniciativas é propor que seja feita uma emenda constitucional. Ou seja, se reconhece que a Constituição não ampara esse tipo de modelo hoje e se está propondo uma emenda constitucional nesse sentido, e que se for deliberada, discutida, votada, aprovada pelo Congresso, caberá a todos nós, democraticamente, porque vai ter um processo democrático, respeitá-la. E não há nenhum tipo de limbo sobre quem assina, todos os diretores estão nomeados por portaria, como qualquer outra função gratificada, então há diretores e vice-diretores respondendo pelas escolas normalmente, não tem nenhum limbo nesse sentido, mesmo onde houve mudanças, que aliás fazem parte, porque a gente tem mudanças fruto de outras situações também, onde houve a saída de algum diretor, outro diretor foi designado para o lugar e responde integralmente pela escola.

Bom, foram trazidas aqui uma série de outras questões que não são objeto dessa discussão, e para todas elas, Presidente, me coloco à disposição dessa comissão para debater, sem problema nenhum, no momento oportuno.

Em relação à fala da Cindi, de dizer que não surpreende essa minha posição, enfim, eu interpreto isso, Cindi, como um elogio, porque eu sou um homem de vida pública, então não busco mesmo surpreender ninguém, minhas posições são muito claras, eu sou sempre, e boa parte dos que aqui estão já foram

recebidos reiteradas vezes por mim mesmo, num curto espaço de tempo, são cerca de 70 dias como secretário, muitos daqui, quase todos daqui já foram recebidos em audiência, e vários aqui em várias audiências, em vários momentos em que fizemos algumas construções, outras não, enfim, mas então para mim, não tem nenhum tipo de problema ouvir, dialogar, construir alternativas, mas também tenho as convicções, as minhas pessoais e as convicções de governo também, no sentido das mudanças que precisam ser feitas. Acho que fica feio dizer que não vale a pena nos enfrentar, soa como uma ameaça, mas sei que não foi isso que você quis dizer, porque eu não estou aqui para enfrentar ninguém, estou aqui para cumprir o meu papel de secretário municipal de educação. Eu sou um funcionário concursado também, estou cedido aqui para o município de Porto Alegre, para exercer esse papel e vou me dedicar integralmente, até o último dia da minha gestão aqui para entregar o melhor e entregar aquilo que a sociedade escolheu quando foi às urnas, que é o programa de governo do prefeito Sebastião Melo, da vice-prefeita Betina e tudo aquilo que, eventualmente, também essa Casa aqui deliberar.

Quero trazer, para finalizar, Presidente, que nós pretendemos enviar, isso já havia sido falado publicamente também diversas vezes, nós vamos enviar aqui nos próximos dias para esta Casa uma proposta, uma proposição de projeto de lei, no sentido de estabelecer um processo para a questão da definição dos diretores e vice-diretores de escola, para que esta Casa possa fazer, como lhe cabe constitucionalmente, fazer o debate, fazer as discussões e deliberar da forma que entender adequada para que nós assim cumpramos. A Constituição deu ao chefe do Poder Executivo, em âmbito municipal, estadual e federal, a prerrogativa da nomeação livre, direta, sem qualquer tipo de requisitos prévios. Mas o prefeito Sebastião Melo e eu entendemos que não é isso que nós queremos, a gente quer que nós tenhamos gestores escolares que tenham passado por processos de seleção, de qualificação, que os permitam ter as competências requeridas para o exercício dessa função, que é uma função desafiadora e que é uma função que extrapola as funções do professor, essencialmente. Nem todos professores, inclusive nem todos bons professores,

necessariamente serão bons gestores escolares, são competências diferentes. E, portanto, nós vamos propor essa legislação para ser debatida aqui nesta Casa, mas, desde já deixando claro que só poderá, o requisito será de ser professor concursado da rede, como um dos requisitos para a participação nesse processo, porque a gente entende que a rede tem muita qualidade, tem muitos profissionais que entregam o seu melhor e fazem um belíssimo trabalho. E a gente quer utilizar todo esse potencial que essa rede tem a serviço da educação de Porto Alegre, a serviço das crianças e jovens aqui da capital. Eu agradeço e fico à disposição.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Leonardo, encerramos então com 13 minutos. Vou citar aqui a presença do nosso vereador *ad hoc*, Jonas Reis, nosso sexto integrante da Comissão de Educação, e vou disponibilizar a palavra para a Ver.^a Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde para todos que nos acompanham, seja na TVCâmara ou que estão aqui presentes, a todas as autoridades que compõem aqui junto conosco nessa tarde. Acho que é importante o debate que a gente veio trazer para essa tarde, voltado à educação, tem muita relação com o que a gente defende de gestão democrática. Acho que também houve um “assustamento”, uma indignação da forma como as coisas foram acontecendo dentro desse processo. Num primeiro momento, o anúncio de que a justiça tinha dado como inconstitucionalidade, depois, num segundo momento, a remoção, a retirada desses dois diretores. Eu acho, então, que a gente parte desse princípio, é isso que nos traz aqui, entender por que e de que forma a Prefeitura vai atuar e está atuando diante desse processo que, para nós, para o nosso entendimento, é um retrocesso. É um retrocesso por quê? Porque o próprio secretário cita que nós temos dentro da Constituição, dentro das leis, dentro da própria LDBEN, quais são os princípios de democracia dentro da gestão democrática, e isso eu creio que seja entendível por todos nós que estamos aqui, mas Porto Alegre avança quando a Prefeitura dá a possibilidade

de a comunidade participar desse processo. E eu quero falar sobre essa participação, porque o papel da educação, o papel da escola é educar. E a gente educa também quando a gente devolve para a comunidade a possibilidade de a comunidade incidir sobre as decisões da sua escola, sobre a decisão da sua comunidade escolar. É dentro da comunidade escolar que a gente cria os vínculos. A gente já conversou sobre isso quando a gente falou sobre a pauta dos monitores e das crianças que estão ali na luta pela inclusão de verdade dentro das escolas, que um dos maiores elos, uma das maiores forças que a gente tem dentro do processo de educação é o vínculo. Como a gente parte desse princípio do vínculo, eu também parto do princípio da convivência e da confiança. Então, quando a comunidade tem a possibilidade de escolher os seus representantes para gestar a escola, pensar a escola, está muito vinculada a isso, ao vínculo que se cria, ao elo de confiança que se estabelece. Além da confiabilidade, também o que se conhece, a convivência faz com que isso agregue. E é isso que faz muitas escolas do Brasil, inclusive em Sobral, ter sucesso nos resultados do IDEB, inclusive em Sobral. Eu nem vou entrar no mérito de Sobral, mas, em Sobral, se a gente avançar nas pesquisas de quem fez doutorado e mestrado, nós temos muitas pesquisas com resultados ali muito ruins em relação ao reflexo do que foi quando se retirou a eleição das mãos da comunidade, assim como teve positivos. Acho que a gente tem aqui um desafio muito grande de poder pensar, e a luta das pessoas que estão aqui, da gente que está aqui, é de realmente poder defender um processo de gestão democrática que não retire das mãos da comunidade a possibilidade de poder incidir sobre essa decisão. O processo de gestão, ele constrói, ele educa, ele faz com que a comunidade entenda o seu papel dentro desse processo, ele faz com que a comunidade participe desse processo. Nós, como professores e professoras, sabemos que um dos nossos maiores desafios é fazer com que as famílias participem da escola. A gente chega a pensar no chazinho com bolacha, com bolinho, para ter artimanhas e formas de chamar a comunidade para dentro da escola. Quando a gente deixa de fazer coisas como essa, a gente, de certa forma, está dizendo que nós não precisamos de vocês. E aí também eu preciso

reiterar, não é só o conselho escolar que tem esse papel de cumprir a gestão democrática, porque eu sei que você traz isso também nas reflexões, nas entrevistas e nas conversas. O conselho escolar também tem o papel de ser o gestor da escola, tem, mas ele não é o todo. Ele não é o todo. É diferente quando eu pegava a minha turma pela mão e ia lá fazer a votação e eles escolherem quem eles queriam para a direção. É diferente quando as famílias se mobilizavam para ir lá votar em quem eles queriam que estivesse à frente da escola. Então, é esse processo que nós estamos aqui defendendo. Nós entendemos qual é o projeto para a educação que o governo Melo está apresentando, e quando eu escuto os companheiros falarem de autoritário, é na perspectiva de que ele, de alguma forma, não está sendo demonstrado, que está sendo construído de forma coletiva. Ele está vindo de cima para baixo. E isso, para nós, é o sentido de autoritarismo. Quando as coisas vêm de cima para baixo, ele acaba, sim, sendo autoritário. Ele não é construído, ele não foi dialogado, ele não foi pensado, porque é isso. O processo de educação, já vou me encaminhar. O processo educacional também educa nesta forma. Eu também digo, eu dou recado também deste jeito. Eu estou dizendo qual é o recado que eu quero dar quando eu ajo dessa forma, quando eu digo isso para a comunidade, para os professores, para os nossos estudantes; a gente não quer a contribuição deles. Então, a nossa defesa aqui, secretário, é, de fato, poder entender que critérios são esses que a Prefeitura vem pensando para esse processo de gestão. Que alinhamento é esse? Porque em uma das entrevistas, quando foi questionada a destituição dos dois diretores, uma das coisas que o prefeito Melo falou, de manhã cedo, a gente acompanhando o jornal, foi que eles não estão alinhados com o que a gente preconiza para a educação. O que seria esse alinhamento? Eu tenho dúvidas, eu acho que a comunidade como um todo tem dúvidas.

E, por fim, eu queria só citar, porque nós somos legisladores, somos eleitos para legislar e pensar. E a gente tem dois documentos que estão em vigência e que eu queria entender. Nós temos o Plano Municipal de Educação, que é um plano de década, e que não é um plano de governo, ele é um plano de Estado. Então,

eu queria entender de que forma o governo Melo, ao criar o plano de governo, olhou para esse documento. Porque lá a comunidade contribuiu dizendo que tipo de Porto Alegre, que educação de Porto Alegre a gente queria. Assim como a lei de diretores que foi citada aqui, ela não foi extinta, ela ainda está em vigência, ela existe. Por mais que o processo seja constituído de forma inconstitucional, ainda está em vigência. Como é que vai se dar a partir de agora? Quais são os tempos? Porque nós temos uma lei em vigência. Então, conluo colocando isso, nós precisamos estar atentos à legislação. Porto Alegre, há dez anos atrás, junto com a comunidade, definiu qual era o plano de década para a educação e de que forma o governo, o governo Melo, está olhando para essa lei que ainda está em vigência. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Ver. Jonas Reis, V. Exa. tem cinco minutos. Eu nem perguntei porque eu já sabia que o senhor queria o tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todas e todos. Aqui, em nome da professora Cindi, professora Roseli, já cumprimento todos da educação e todos também aqui que representam as suas instituições, seus mandatos. Colega Jane também, agora vereadora, satisfação tê-la aqui conosco. E parabêniso à Ver.^a Juliana também pela proposição da pauta. Inicialmente, queria lembrar aqui o secretário que esta Casa, secretário, é a casa da democracia, e eu vejo que as suas ações têm sido o contrário da democracia, têm sido autoritárias, e eu queria ter esse momento com o senhor publicamente. Onde já se viu o senhor retirar do cargo o diretor Eduardo, da escola Migrantes, que durante o ano inteirinho passado lutou para reerguer a escola que foi soterrada pela enchente, que o seu prefeito ajudou a alagar essa cidade, porque não fez as obras nas casas de bomba naquela região. E ele lutou para a escola ser reerguida, para os alunos serem atendidos. E você chega, o senhor chega, e acha que ele não pode ser mais o diretor, porque ele estava cobrando móveis e RH. Foi isso que aconteceu. Esse é o fato real. Podem inventar o que vocês quiserem no papel, justificarem,

mas esse é o fato. Ele estava incomodando publicamente o governo, porque estava mostrando que existia um problema, e estava sendo resolvido, inclusive. É isso que o senhor tem que explicar aqui para nós hoje. Estava sendo resolvido, inclusive pela gestão, mas com pressão. Sem pressão não estava sendo resolvido, porque vinha há um ano cambaleando. Aí não é responsabilidade sua, porque o senhor chegou em janeiro. Mas há um ano ele tentava reerguer a escola, porque parece que a gestão do governo Mello gosta de escândalos, ela não gosta de fazer o serviço público. Inclusive é bom lembrar aqui que nenhum diretor de escola foi preso. Quem foi presa foi a secretária do seu governo, do governo Mello anterior. Ela foi para a cadeia, e duas assessoras políticas foram presas na cadeia. Não foi nenhum diretor escolar. Portanto, o problema de gestão não está nas escolas, está na gestão Mello e nas suas escolhas.

Então, eu, na verdade, desejo sucesso à sua gestão. Desejo muito sucesso. Porque o que aconteceu aqui nesta cidade, que soterrou a nossa cidade, que nunca mais aconteça. Porque nós estamos gastando milhões e milhões de reais para reerguer essas escolas, dinheiro que deveria estar sendo utilizado agora para construir escolas novas. Porque o senhor tem uma responsabilidade. Tem sete mil crianças pedindo vaga agora. Só na região do Partenon, é uma das regiões que mais pede, acho que cerca de mil. A região da Restinga tinha mil pedidos de ensino fundamental protocolados pelo Conselho Tutelar. Então, eu acho que está faltando o senhor inverter prioridades. Deveria ter chamado todos os conselheiros tutelares para uma conversa e ouvir onde é o problema na cidade. O senhor está atacando um lugar que não é problema. A gestão das escolas não tem problema. Tem problema de falta de vaga. O senhor deveria estar construindo uma equipe para construir escolas, para dialogar, por exemplo, com os deputados federais, os 31, para trazerem emendas para cá, para Porto Alegre, para construir escolas, para botar criança na escola. E, mais do que isso, o senhor deveria estar construindo um plano para pagar o que deve ao magistério, que é 32% em reposição salarial. Eu vi uma entrevista sua. O senhor disse que tem que valorizar os professores. Os professores, às vezes, são humilhados, são chacotados, são mal vistos por ideologias. Pois bem, são as

ideologias autoritárias que incitam o ódio à educação, o ódio ao magistério, que vão lá querer mandar dentro da escola, porque quem manda dentro da escola é a comunidade escolar. Os governos, e nós, vereadoras, vereadores, também passamos. Todos nós passamos. Agora, quem está dentro da escola está concursado, não deve favor a ninguém. Agora, quem, às vezes, deve favor, acaba sendo preso, como aconteceu com duas assessoras. Foram presas porque deviam favor. É isso. Fizeram, provavelmente, coisas que não deveriam ter feito, porque ninguém é preso de forma ilesa. Então, eu queria lhe pedir aqui, é um pedido sincero. Estou lhe trazendo aqui elementos históricos do que aconteceu. Eu quero que tenha mais criança na escola, professor valorizado. E, realmente, autoritarismo não ajuda. O senhor acha que está melhor a gestão agora da EMEI, que também foi tirada a diretora? Não vai mudar. Sabe por quê? Eu sou doutor em educação. Eu pesquisei muito políticas educacionais. E lhe digo aqui, com a minha experiência, todo autoritarismo cai por terra, porque ele gera indignação, ele gera angústia, ele não gera um ambiente bom. O senhor pode ter tomado uma decisão ideológica para tentar surfar nessa onda do bolsonarismo, que tem que dizer que é autoritário, tem que fazer ações minimamente autoritárias para conversar com a bolha. Pois bem, poderá estar conversando bem com a sua bolha, mas não está conversando com a cidade de Porto Alegre, que tem uma tradição de democracia. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas. Ver.^a Jane, a senhora tem cinco minutos.

VEREADORA JANE PILAR (PT): Boa tarde à Mesa, boa tarde às pessoas que estão aqui conosco. Eu sempre acredito nos contextos. Eu recebi, hoje, da professora Jaqueline Moll, que hoje é uma data comemorativa do Anísio Teixeira. Então, ele... Eu acho que é importante aquelas coisas que a gente chama...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA JANE PILAR (PT): Então, 11 de março de 1971, que é o ano em que eu nasci, há 54 anos, o Anísio simbolizou a luta pela educação pública universal, gratuita, laica, mista e de formação integral. Acho que é importante fazermos essa reflexão.

Eu não ouvi todos e todas, então, eu quero fazer uma fala sintética. A minha formação é cientista social e professora de ciências sociais. Eu dei aula um período na Vila Jardim e até o fechamento do colégio Santa Rosa de Lima, que agora é a escola Paulo Freire, na qual o colega Hamilton que está aqui trabalha. Então, nessa perspectiva, eu sempre considero que a educação tem que rimar com o diálogo. E o diálogo, a gente constrói, é um processo pedagógico que a gente constrói na família, na escola, no ambiente.

Eu sou também... Tenho um familiar que tem uma tradição na educação, que é Esther Pillar Grossi. Então, a gente tem um processo de aprendizagem bem forte. A gente diverge em algumas ideias, mas acho que isso é importante, porque tem toda uma construção. E, nessa perspectiva, acho que a gente tem que fazer o diálogo.

Eu me alinho com as palavras da Grazi, que foi a pessoa que eu escutei a partir do momento que eu cheguei aqui. Acho que temos que estar fazendo esse diálogo, tem que levar em conta os processos de construção. Então, a gente tem um plano municipal de educação, fazemos todas as conferências, e é óbvio que a conferência de educação tem o seu poder. Temos recursos também que prevemos para cada ação, então, acho que isso é importante, e não podemos admitir retrocesso. Já tivemos experiências, eu sou oriunda também da saúde, a gente teve experiências micro, e também houve conflitos com eleição para os serviços – não é, Leonardo? – de Saúde. A gente fez essa experiência. Teve no DMLU, eu me lembro que a capatazia do DMLU também elegia as direções. E a gente aprende, eu não tenho filho, tenho sobrinhos que são como meus filhos, e eles me dizem coisas assim: que depois que a gente avança em algumas questões, é difícil a gente trabalhar com um dispositivo de retrocesso. A partir disso, eu faço essa reflexão com vocês, e considero que Porto Alegre tem que ser uma cidade educadora. Temos que seguir essa lógica, temos experiências

interessantes, temos essa experiência em Portugal, então, acho que a gente tem que trabalhar nessa perspectiva de conexão, de inovação, e o diálogo, as direções serem democráticas e eleitas pela comunidade é um dispositivo que a gente acredita.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Jane. Antes de passar para o Ver. Giovani Culau, eu gostaria de anunciar a pauta da nossa próxima reunião. A proponente é a Ver.^a Grazi Oliveira. A pauta são os espaços educativos afro-brasileiros e indígenas, e a educação das relações étnicas e raciais na educação do Município. Ver. Giovani Culau, o senhor tem cinco minutos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde a todos, todas e todes. Quero, primeiro, agradecer o acolhimento que recebo aqui dessa comissão. Através de ti, presidente Rafael Fleck; cumprimentar os demais vereadores e vereadoras, em particular a Ver.^a Juliana de Souza, proponente desse importante debate, e que é o motivo pelo qual eu volto a essa comissão. Eu fui integrante da CECE em 2023, quando eu e o movimento coletivo assumimos o mandato aqui na Câmara; depois disso, fui presidente da CUTHAB; hoje, sou vice-presidente da CEFOR, e volto em razão da importância da discussão.

Feliz em encontrar as representações da ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, do Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, do fórum. Feliz de te receber aqui, secretário, poder debater contigo e com as demais representações, inclusive do Conselho Municipal de Educação.

Talvez diferente de ti, Cindi – e fico feliz que cheguei em tempo de ouvir o secretário –, eu fui surpreendido, talvez porque não conheço o senhor, pois nós temos trajetórias distintas. Eu tive a oportunidade de conhecer, a partir desta Casa, a secretária Janaina Audino, a secretária Sônia da Rosa e o secretário Zé Paulo. Talvez eu nunca tenha ouvido uma manifestação tão repleta de

provocações, muitas delas políticas ideológicas e pouca exposição sobre as razões que levaram nós a termos, na nossa cidade, aquilo que eu caracterizo uma intervenção nas escolas municipais. E preciso fazer esse registro a todos e todas presentes.

O meu partido, eu não me apresentei, sou vereador do Partido Comunista do Brasil, um partido, inclusive, perseguido pela ditadura militar, que teve militantes mortos, torturados, um partido que participou ativamente da construção da Constituição Federal, inclusive, votou favoravelmente. Nós entendemos bem a importância que tem o princípio de gestão democrática inserida na Constituinte. E a verdade é que, no nosso canto do mundo, no mundo que é Porto Alegre, nós produzimos talvez uma das experiências mais avançadas em educação, mais avançadas na execução desse princípio de gestão democrática. É verdade, secretário, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – não foi tão longe quanto Porto Alegre foi. E é por isso que nós caracterizamos a medida do Executivo Municipal que não pode ser alegada ter sido aprovada nas urnas, porque, como foi apresentado aqui, não compunha o plano de governo eleito, ela representa um retrocesso.

Quando nós olhamos a Constituição extensa, ela pode ser examinada em diversas perspectivas, e o que nós afirmamos aqui é que ela precisa ser olhada na sua integralidade, e, na sua integralidade, ela não pode desconsiderar o princípio de gestão democrática. Eu volto a dizer, Porto Alegre traduziu este princípio não só, mas também a partir da eleição de diretores e diretoras, de forma direta, por pelo menos duas leis aprovadas por esta Casa, sem contar o Plano Municipal de Educação que, ao contrário do Plano Nacional, aqui deixa explícito o entendimento de eleição direta. Eu não tenho dúvida de que duas legislações e um Plano Municipal de Educação são mais democráticos do que uma decisão unilateral do prefeito. Não é possível que se entenda que uma eleição, ainda que com chapa única, mas uma eleição conquistada historicamente seja menos democrática do que uma decisão unilateral do prefeito, através do seu secretário. Então, eu confesso que não fiquei satisfeito com a manifestação, porque ela não respondeu aquilo que aqui vim com a

expectativa de ouvir. Quais são as justificativas para as intervenções? Que tipo de alinhamento se espera? Porque essa rede em Porto Alegre sempre reconheceu a Secretaria Municipal de Educação como a sua mantenedora e sempre incorporou as diretrizes, inclusive quando eram péssimas diretrizes, como foi o desmonte da rotina pedagógica nesta cidade, inclusive quando se comprou livros didáticos que não respeitavam sequer o plano político-pedagógico das escolas, mesmo quando as diretrizes eram péssimas, de uma gestão ruim, investigada por corrupção. Para concluir, presidente, a rede adotou. Agora tem uma nova diretriz que desmonta os EEABIs. A rede não vai incorporar diretriz? Vai. Então, eu fico em dúvida sobre quais são, que tipo de alinhamento se espera, quais são os regramentos que o Executivo pretende enviar para cá, porque eu não quero acreditar que o que se quer é amordaçar a rede. Porque aqui, na condição de vereador, eu posso dizer que eu entendo que o que o governo pretende é intimidar essa rede, uma rede que bravamente tem lutado para manter essa educação de pé, apesar do sucateamento, da falta de investimentos, da falta de RH, da não nomeação de professores como deveria, ao processo profundo de terceirização que a gente tem vivido. E é isso tudo que tem levado à redução do IDEB nesta cidade.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Giovani Culau. Nós temos apenas um inscrito, o senhor Ângelo Barbosa, do Conselho Escolar EMEF Gilberto Jorge. Nós vamos franquear três minutos, Ângelo. E, para finalizar, então, nós vamos devolver a palavra para a proponente, para fazer as suas considerações, e, por último, então, para o secretário, para finalizar a nossa reunião da CECE. Senhor Ângelo, o senhor tem três minutos.

SR. ANGELO ALEXANDRE MARCELINO BARBOSA: Eu sou o Ângelo Barbosa, sou presidente do Conselho Escolar da Escola Municipal, Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, outro membro da coordenação colegiada do Fórum dos Conselhos Escolares, assim como a companheira Estela. Secretário, o senhor tem uma postura que eu... É até difícil dizer, porque os caminhos que

nos trouxeram são muito diferentes. O senhor tem uma postura muito simpática. O senhor é uma pessoa que se coloca muito à disposição para nos ouvir. Eu já tive a oportunidade de conversar com o senhor, ainda no período de férias, lá em janeiro, e eu precisei confessar para as pessoas que eu esperava encontrar uma pessoa antipática, enfim, por preconceitos meus, talvez, e encontrei no senhor uma pessoa muito simpática. Eu acredito que essa postura muito simpática pode contribuir para termos um bom clima institucional, mas essa postura sozinha não vai contribuir para isso. E eu vou salientar algumas coisas aqui que nos preocupam muito na nossa comunidade escolar. O senhor falou que a democracia parte da construção de consensos, e, quando não é possível construir consensos, então os dissensos são resolvidos na votação. E o senhor deu um exemplo dessa sua fala quando disse que 95% das eleições foram feitas com chapa única, construção de consensos. Então, as comunidades escolares, pela maturidade que elas acumularam, construíram um consenso que se estabeleceu antes do período da eleição e talvez só cinco não tenham construído esse consenso. E aí elas partiram para o referendo que, então, decidiu o dissenso. Eu participei das duas experiências. Fui diretor de uma escola, competi numa chapa, eram duas chapas, e na eleição seguinte nós tivemos chapa única. Porque percebemos os nossos pontos de concordância, de discordância, e, dali por diante, a nossa primeira gestão foi feita para entender o que a gente podia fazer para que aquele outro grupo também fosse atendido. Nós não podíamos usar a nossa vitória como algo que fosse patolar o grupo que havia sido derrotado. E construímos, algumas das colegas com quem eu fiz trabalhos mais bonitos na rede estavam fazendo campanha para a chapa adversária. Então nós acreditamos, sim, em construção de consensos. Mas o que nos preocupa? Há um modo na feitura das coisas. O senhor conquistou na Justiça algo que nós acreditamos que é um baita retrocesso, de não termos mais a eleição. E, bom, o senhor tem essa prerrogativa que nos entristece muito. O senhor nos tirou uma prerrogativa. Mas até para que o senhor possa exercer essa prerrogativa, nós acreditamos que haveria um modo melhor. O senhor afastou as escolas, nos pareceu, de maneira sumária. E, para lhe dar um exemplo, aconteceu a mesma

coisa há pouco tempo no SIE. Nós estamos com um novo sistema para as chamadas. O senhor teve uma ótima medida, que foi de trazer a Procempa para organizar o nosso SIE. Mas fez de uma maneira atropelada e isso criou um clima institucional. Então ao que eu apelo, secretário? Que o senhor mantenha essa escuta, que seja uma escuta verdadeira e que nós possamos, então, construir consensos que sejam avanços e não retrocessos dentro da nossa gestão. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Angelo. Eu tinha anunciado aqui que após o Ângelo seriam as considerações finais da Ver.^a Juliana e após a escuta do nosso secretário. Eu vou quebrar aqui o protocolo. Eu já havia anunciado. A Aline me pediu um minuto e tem a Rosane. Então eu vou pedir, encarecidamente, porque o secretário se comprometeu de vir hoje aqui e tinha um compromisso anteriormente assumido. Eu pedi que ele estivesse aqui hoje e ele veio. Então eu pediria que fosse bem breve para a gente poder, então, escutar a proponente e o secretário finalizar. Obrigado. Podemos fazer dois minutinhos, Aline? Você me pediu um último e dei dois.

SRA. ALINE KERBER: É verdade. Quero agradecer a oportunidade em nome do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre e representando aqui a Associação Mães e Pais pela Democracia e a sociedade civil nesse importante órgão de Estado, me sinto muito contemplada com as falas dos vereadores e também da Atempa, Simpa, Fórum dos Conselhos Escolares. É muito bom estar ao lado de vocês, pessoas que valorizam a ciência da educação e as políticas públicas de educação. E acho que é importante pontuar que a LDB não foi pervertida. Ela é temporal, assim como todas as nossas normas, leis, dentro do CME. Na mesma perspectiva, a gente precisa sempre continuar estudando, aprimorando, e um dos aprimoramentos é o Plano Municipal de Educação, que conceitua o que é gestão democrática e, aqui, a meta é eleição direta para diretores, em vigência a esse plano. Então, essa é a discussão e isso que precisa ser colocado novamente aqui no debate. E tem a emenda constitucional, a

proposição, justamente por essa lacuna e pela perversão que foi feita a gestão democrática na perspectiva de romper esse pacto da eleição de diretores. Hoje, só 6% das escolas brasileiras têm eleição de diretores. Porto Alegre é considerada uma referência à eleição de diretores nacionalmente. Então, isso vai acontecer, o Plano Nacional de Educação vai ser votado e aprovado na íntegra do texto base que lá está, assim como a emenda à Constituição em relação à eleição de diretores. Esse é o debate atual, o resto é retrocesso e ideologização da educação, perseguição, busca de silenciamento, o que a gente já conhece. O CME precisa, sim, da normatização em relação à documentação, em relação à prevenção da violência, segurança e convivência, porque os diretores cumprem muitas funções, e uma delas é garantir a segurança, a articulação, a mediação nos territórios. A questão da documentação, em que temos um vácuo, sim, é importante que o senhor secretário saiba disso, e também induza o fortalecimento do conselho, que segue três anos sem sede, sem RH.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Aline. Presidente do Conselho Municipal de Cultura, Rozane Dal Sasso, a senhora tem dois minutos. Eu vou ser rígido agora, porque a gente precisa dar espaço para a Ver.^a Juliana e o secretário. Obrigado.

SRA. ROZANE DAL SASSO: Obrigada, Ver. Fleck. Eu queria cumprimentar a Mesa e dizer que eu estou falando hoje aqui como professora aposentada do Município de Porto Alegre, e também como professora aposentada do Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria dizer que já fui contemplada pelas falas do meu sindicato, que é o Simpa, da ATEMPA, enfim, da colega presidente do Conselho de Educação, vereadores, etc. Mas, secretário, eu queria dirigir-me ao senhor especialmente. Eu acho que o senhor não conhece a rede municipal de Porto Alegre. Não, eu não acho, eu tenho certeza que o senhor não conhece. A gente faz concurso, é um concurso difícil. A gente estuda, a gente passa no concurso e vai para as escolas, as escolas mais pobres da periferia de Porto Alegre, e a

gente trabalha pra caramba, e a gente se organiza de forma coletiva, para vencer os problemas. Nós, nas escolas, temos conselhos escolares, e os conselhos escolares são formados por professores, direção, coordenação pedagógica, funcionários, pais e alunos. Então, o conselho escolar é isso. Agora, eu acho um absurdo a cidade de Porto Alegre retroceder dessa maneira. Eu queria que o senhor me respondesse de quem foi essa brilhante ideia de tirar a eleição de diretores. Agora vão fazer prova? Meu Deus, o senhor acha que os pais, os professores não conhecem quem pode, ou não assumir a direção de uma escola? O que é que os diretores fizeram aqui em Porto Alegre para tomarem essa decisão? Então, quero registrar aqui: o Conselho Municipal de Cultura, por exemplo, é o único conselho ainda que sobrevive, porque o seu governo, o atual, ele já mexeu em todos os conselhos, porque, obviamente, não quer e não gosta de diálogo e de democracia. Mas eu quero lhe dizer, olhando nos seus olhos, que isso não vai ficar assim. Ou seja, tenho certeza de que os professores, as professoras, todos vão lutar muito para a gente ter democracia, nesta cidade, de volta. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Rozane. De imediato, passo a palavra para a Ver.^a Juliana, proponente da pauta do dia de hoje. Cinco minutos, Ver.^a Juliana.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Eu quero agradecer por todas as contribuições ao nosso debate, acho que foi muito importante, acho que a gente demonstra aqui como o espaço coletivo de reflexão pode nos trazer diversos elementos que, muitas vezes, nos fogem, secretário, ao próprio processo de tomada de decisão. Mas eu quero especialmente dialogar com o senhor, que vem pela primeira vez neste ano legislativo a esta Casa, onde eu espero que nós possamos nos encontrar muitas vezes, para, sim, dialogar, debater as nossas diferenças de forma muito respeitosa. Quero lhe dirigir a palavra sobre o que eu acredito que está nesse debate, de fundo. Quando o senhor traz sobre as experiências que estão acontecendo de jurisprudência, de movimentos

nacionais de questionamento de eleições diretas para as direções escolares, isso não está descolado de um processo político que o nosso País vive, isso não está descolado de uma disputa de fundo de qual é a concepção de sociedade que nós queremos construir no Brasil. Esse é o debate, meus amigos, minhas amigas, colegas que estão aqui, professores, como eu, a dirigente da minha entidade, da ATEMPA, do Simpa, isso não está descolado. O que está em debate é o futuro da democracia, é isso que está em debate no Brasil. Quando o Dr. Leonardo Kauer fala sobre a incidência do programa da Justiça de Transição nesta agenda, ele traz para a gente o centro dessa discussão. A verdade é que, no Brasil inteiro, nos últimos anos, desde o golpe da Presidenta Dilma, a democracia está novamente em xeque. A verdade é que a onda bolsonarista coloca em debate em todas as instituições brasileiras se o que vai avançar é o autoritarismo, ou é a democratização das instituições. Esse é o debate de fundo. Há quem queira mais democracia, e nós, secretário, que fomos forjados na luta política, assim como o senhor também milita no movimento estudantil, desde o movimento estudantil secundarista... Eu respeito a sua trajetória, reconheço a sua trajetória e acho muito importante que o nosso Município tenha um secretário de Educação que vem da luta política, porque, nas nossas divergências, nós sabemos a importância do debate, do diálogo, da construção de sínteses e, principalmente, do respeito aos acúmulos históricos e da pluralidade. Neste momento, o que está em debate aqui são projetos diferentes de visões de sociedade. Nós representamos aqueles que defendem mais democracia, que entendem que, inclusive, é preciso romper com os resquícios da ditadura civil-militar nas instituições educacionais, que também são aparelhos do Estado de reprodução de um modelo de sociedade. E o senhor, que representa este governo ultraliberal, que faz negociatas que foram muito bem expostas no Fantástico, que tem um projeto privatista e, por isso, entrega a educação especial para uma instituição privada, porque não valoriza os estudantes da educação especial, promove a segregação novamente na nossa rede, mas também um governo que avança numa agenda autoritária, e o seu partido representa, neste governo, um núcleo desta agenda autoritária vinculada

ao bolsonarismo, que é quem defende menos democracia. São aqueles que defendem a Lei da Mordação, dizendo que querem uma escola sem partido. Mas a medida que o seu governo, que o prefeito Melo e que a SMED tomam ao questionar as eleições diretas para as escolas ataca a liberdade de todos nós participarmos, das comunidades participarem. E anuncia que parece que o governo Melo, na verdade, quer uma escola com partido, com o seu partido, com quem está, como foi na sua declaração, alinhado às suas ideias, motivo pelo qual foi anunciado na Zero Hora que a SMED destituiu dois diretores por não estarem alinhados ao seu pensamento. Pois isso nos parece querer partidarizar as escolas, muito diferente do que o senhor trouxe aqui. Pelas suas declarações contraditórias, a gente ainda não entendeu o que foi, de fato, o motivo da destituição desses dois diretores, dos quais eu conheço a larga trajetória de compromisso com a educação, apesar das minhas diferenças, inclusive com ambos, mas conheço que valorizam a importância de trabalhar pelas suas escolas, suais foram, secretário? E eu quero, presidente, reiterar a pergunta do meu colega Giovani, eu sinto falta da explicação de quais foram as funções que o senhor disse que não foram cumpridas por esses colegas, porque, quando é dito isso, é preciso explicar quais foram. Eu vi as escolas reabrirem, a SMED esteve lá na EMEI Tio Barnabé, participando da festa de acolhimento às famílias, foi publicado na página, a escola reabriu naquele dia, Lu! O pedagógico da SMED autorizou que na segunda-feira pela manhã a escola não abrisse para que fosse finalizada a organização, porque, inclusive, a capina da escola não tinha sido feita ainda, por isso não abriu no turno da manhã, o pedagógico autorizou, Lu.

Então, a gente quer entender quais funções, secretário, não foram cumpridas, porque sem essa declaração oficial, nos fica muito evidente que parece uma intervenção. Parece, sim, que há uma busca por uma partidarização das nossas escolas.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Vou concluir, presidente, não é característico só da nossa rede, é característico desta cidade. Porto Alegre, e eu falo de forma muito respeitosa sobre a gente se apropriar, secretário, porque eu estou aqui em primeiro mandato e estou me apropriando disso de ser vereadora, ainda não sei muito bem muitos dos ritos, estou aprendendo, mas eu entendo que a gente, quando chega em um lugar novo, tem que se apropriar do espaço, então, de forma respeitosa, eu falo e me coloco à disposição para contribuir com tudo que for possível e esteja ao meu alcance, mas esta cidade é marcada pela democracia, nós somos a cidade do Fórum Social Mundial, nós somos a cidade da escola cidadã, e nós somos, por isso, precursoras de um principal modelo de democracia e de gestão democrática!

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir, vereadora.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): As nossas eleições de diretoras são referência e nós queremos mantê-las assim. Nós estamos à disposição para debater, para dialogar, para construir consensos; nós acreditamos que é possível. Esta Casa, o nosso mandato e eu tenho certeza de quem está nesta Mesa querem que o senhor tenha um excelente marco, nós queremos debater os desafios e ajudá-lo a encontrar caminhos. O senhor pode não ter a sua passagem aqui manchada, como foram muitos dos secretários anteriores do governo Melo, por escândalos ou por não cumprir as metas da educação, o senhor pode ter marcos positivos, a gente acredita e deposita confiança nisso, na educação infantil, na inclusão escolar, na qualificação e na valorização do nosso trabalho como professores, e é isso que a gente espera dessa gestão. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana. Secretário, a Ver.^a Juliana excedeu um pouquinho o tempo, mas como ela é a proponente, a gente entende que era importante a fala dela. O senhor tem o tempo que for necessário para poder explicar e responder as perguntas.

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Obrigado, presidente; obrigado a todos pelas manifestações que eu ouvi atentamente, procurei, dentro do possível, fazer alguns registros aqui para conseguir fazer algumas devolutivas, mas quero reiterar a disposição, não só minha, mas da secretaria, de estar aqui nesta comissão sempre que necessário for, para fazer essa discussão com o Legislativo, volto a dizer, sou um democrata e acredito muito na importância deste poder. Lá em Esteio, a gente diz que a Câmara é o esteio da democracia, o Legislativo é o esteio da democracia, então acredito muito na importância que este Parlamento tem para a discussão dos diversos temas da cidade.

Primeiro, em relação à questão dos dois diretores, quero aqui já deixar muito claro, eu não vou, naturalmente, de forma pública, detalhar questões relacionadas à conduta individual desses servidores, porque não seria ético, e há processos sindicantes em andamento que visam, justamente, esclarecer uma série de fatos, mas os parlamentares estão convidados para que, num momento, de forma mais reservada, a gente possa tratar pontualmente desses casos, sem nenhum tipo de problema. É muito claro, se fala em intervenção, intervenção, isso foi falado várias vezes, não existe intervenção em que se movimenta 2% dos diretores das escolas. Entre 220 gestores escolares – 220, se a gente pegar diretores e vice-diretores –, foram apenas 2 diretores que tiveram a sua designação cancelada, então não há intervenção quando, entre 220, há o cancelamento da designação de dois. Desculpe, mas, intervenção... Entendo as contrariedades, respeito absolutamente que há posições contrárias, que entendem que esse não seria o caminho, entendo isso e acolho respeitosamente todas as manifestações que foram feitas aqui; agora, não se pode chamar isso de intervenção, quando é num universo de 2 entre 220.

Nós vamos, como eu disse, encaminhar para esta Casa um projeto de lei estabelecendo os critérios que foram amplamente discutidos, debatidos, nós certamente retornaremos aqui a esta Casa para poder justificar os motivos que nos levaram à construção daquele projeto de lei que será remetido, para que a gente possa fazer esse debate, ouvir as manifestações contrárias ou

manifestações que visem promover alterações no projeto de lei, de forma muito tranquila.

Veja, vereador, que eu não vim aqui com o objetivo de fazer provocação para ninguém, agora, no momento em que eu sou o provocado, obviamente, eu não vou aceitar essas provocações sem que eu possa também me manifestar como um agente político que sou, de forma muito tranquila, porque eu acho que esse debate é um debate político, e não tem problema nenhum tanto eu ser eventualmente provocado em minhas posições, em minhas escolhas, em minha trajetória, quanto também poder fazer essa provocação de forma respeitosa com todos que assim se colocarem à disposição a partir das suas falas. Então, para mim, não tem nenhum tipo de problema em relação a isso.

Quero dizer, Ver.^a Grazi, que a lei não está em vigência porque há uma liminar declarando a sua inconstitucionalidade, então, estão sustados os efeitos dessa legislação, salvo haja uma nova decisão por parte do Poder Judiciário no sentido de tornar, novamente, os seus efeitos, em vigor. Então ela não está em vigência. Mas quero aqui trazer, eu acho que é importante, porque a gente fala de posições, de história, Grazi, que, em 2013, você disputou uma eleição para diretora de escola lá em Esteio e você perdeu aquela eleição. Isso em 2013, você lembra disso. Aí, no final do ano, foi indeferida a candidatura de uma diretora que não era alinhada ao governo, o governo do Partido dos Trabalhadores lá em Esteio, uma diretora que estava há oito anos no cargo, foi indeferida a candidatura dela, que era registrada como chapa única. Aquela diretora foi indeferida, a comunidade escolar se mobilizou, fez o abaixo-assinado, pedindo que a chapa fosse registrada, a Secretária Municipal de Educação do Partido dos Trabalhadores não aceitou, e você foi nomeada diretora, nomeada diretora pelo prefeito e pela secretária, sem eleição, tendo perdido uma eleição em outra escola, e lá permaneceu por dois anos como diretora, quase dois anos, sem ter feito processo eleitoral, sendo que a lei dizia necessidade de fazer um processo eleitoral seis meses depois. Então, as nossas práticas precisam estar alinhadas àquilo que a gente defende e acredita. Eu não tenho nenhum tipo... Eu era vereador, na época, você lembra, não tenho nenhum tipo de

questionamento, enfim, ou contrariedade em relação a isso. Agora, a gente tem que ter coerência com aquilo que a gente está defendendo.

Então, você foi uma diretora nomeada por um prefeito porque foi retirada do cargo, depois de oito anos de gestão, uma diretora que não tinha alinhamento com a secretaria e com o prefeito, era tida como uma diretora de oposição. E essas tentativas, Ver. Jonas, de me rotular como um secretário ideológico, qualquer coisa assim, enfim, para tentar colocar como que se as minhas atitudes, as minhas práticas tivessem tão somente essa intencionalidade, não faz sentido. Eu fui um prefeito que acabou com a eleição de diretores em Esteio, eu falo isso com absoluta tranquilidade, e que convidou para ser diretora de uma escola em Esteio, de uma importante escola, uma professora da rede que é esposa do principal vereador de oposição do meu governo, que tinha sido prefeito antes de mim, que disputou a eleição depois de mim, para tentar retornar ao posto. Uma pessoa afilhada ao Partido dos Trabalhadores, e a convidei para ser diretora pelas suas qualidades e virtudes, enquanto educadora, enquanto gestora que eu conhecia. Então, essas tentativas de me rotular como alguém que vai perseguir quem pensa diferente, que vai perseguir, porque eventualmente o diretor tem um alinhamento, seja com o Partido dos Trabalhadores, com o PSOL, o PCdoB, qualquer partido de oposição, isso não é verdadeiro. Há vários diretores que a gente sabe que têm um alinhamento político, seja partidário, enfim, e que fazem belíssimas gestões, e que permanecem nas suas funções, exercendo o seu trabalho. Então, o que me move, enquanto secretário, não são essas questões. O que me move é a entrega de resultados para a sociedade de Porto Alegre, que é quem paga essa conta. É isso.

O senhor falou em construção de escolas, nós estamos alinhados nisso. No Porto da Educação, a gente estabeleceu lá, como meta, a construção de 20 novas escolas ao longo deste mandato, porque é uma das nossas prioridades, certamente, isso consta do programa de governo, zerar a fila da educação infantil, notadamente a etapa creche de zero a três anos. Então, a gente vai perseguir esse objetivo com escolas próprias, com escolas parceirizadas, com escolas privadas, e não tem preconceito, não tem ranço nenhum. Vai ter

ampliação de rede própria, como já tem, nós já temos uma escola municipal a mais agora, em que vai ter ampliação de turmas, enfim, mas vai ter rede parceirizada, vai ter rede privada, a gente tem demanda para todos, a gente precisa atender aquelas crianças e jovens que estão lá na ponta sem atendimento.

Vou dizer só à Ver.^a Jane, eu não lhe conhecia, mas queria dizer que eu tive o prazer de inaugurar, em Esteio, uma escola com o nome de Anísio Teixeira. Então também celebro essa data que a senhora aqui tão felizmente nos traz. Essa questão de que essa discussão das leis, da alteração do processo de escolha dos diretores é algo recente, vereadora, não é bem assim, porque se a gente pegar a própria lei de Sobral, que é usada como referência, que é de 2004, ela tem mais de 20 anos, feita sob uma gestão local de esquerda, e a época até, inclusive, uma gestão federal de esquerda, então não é uma discussão de agora, deste momento, contemporânea, é uma discussão que já acontece no Brasil há bastante tempo, em vários locais, em várias regiões, então não é algo específico deste momento, deste tempo, ou mesmo de Porto Alegre.

Em relação à questão do Plano Municipal de Educação, foi colocado – acho que foi a Grazi que colocou – a questão do programa de governo, enfim, eu não posso falar sobre a construção do programa de governo, porque eu não participei dessa construção do programa de governo do prefeito Melo, estava na condição de prefeito de Esteio ainda. Mas em relação ao Plano Municipal de Educação, posso assegurar a vocês que nós vamos ter um amplo debate ao longo de todo este ano para a construção do novo Plano Municipal de Educação de Porto Alegre, porque é um plano que, inclusive, extrapola os limites da rede municipal de educação. O Plano Municipal de Educação é um plano de cidade, focado na educação, olhando para a cidade como um todo, nas suas diferentes redes, nas suas diferentes etapas, e vamos promover. É claro que caberá à secretaria catalisar esse processo, mas esse é um processo de cidade realmente, e isso vai ser feito de forma bastante ampla e plural, cabendo a esta Casa, mais uma vez, a decisão final sobre o plano.

A Aline falou aqui que a LDB é temporal, mas a gente tem que trazer aqui que a LDB teve uma alteração em 2023. Em 2023, foi feita uma alteração na LDB, portanto faz menos de dois anos, inclusive, nessa alteração, se alterou o art. 14, que é o artigo que trata expressamente do que é gestão democrática. Então vejam bem, menos de dois anos atrás foi feita uma alteração na LDB, se alterou o artigo que trata da gestão democrática e não se incluiu que gestão democrática é eleição direta para diretor ou vice-diretor de escola, ou seja, a sociedade, por meio dos seus representantes no Congresso Nacional, discutiu de forma recente esse tema, debateu, fez uma alteração, aprovou essa alteração que foi sancionada pelo Presidente da República em 2023, portanto o Presidente Lula, e não se incluiu ali eleição direta para diretores. O art. 14 da LDB teve uma alteração no sentido de prever a questão dos fóruns dos conselhos escolares, que, até então, só existia a figura dos conselhos individualmente. Então o legislador debateu esse tema recentemente e não fez essa alteração que muitos aqui postulam democraticamente. Não tem problema nenhum postular que isso seja incluído, mas é importante destacar que a sociedade brasileira, pelos seus representantes, fez essa discussão e não incluiu nesse momento. Se fará no futuro? Não sei, não me cabe aqui fazer análise futurística sobre esse debate. E também quero deixar claro que muitos aqui criticam a gente ter buscado o Judiciário para essa declaração de constitucionalidade, mas são os mesmos que, para muitas outras matérias, buscam o Judiciário também, seja tentando que esta Câmara seja impedida de votar ou postergue a votação, ou, enfim, que algumas leis, como a própria Lei da Escola sem Partido, que foi aprovado por esta Casa e foi objeto de questionamento do Judiciário...

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Vamos garantir a palavra ao secretário, por favor.

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Bom, mas o que eu estou dizendo é que a gente não pode achar que, quando eu busco o Judiciário, isso é legítimo, e quando o outro busca, é uma tentativa de desvirtuar. Enfim, então, cada um tem as suas razões para buscar o Judiciário, cada um tem as suas razões para defender os seus pontos de vista, assim como nós temos a nossa de defender esse modelo no processo de escolha dos diretores. E quando se fala em alinhamento, não é alinhamento político, ideológico, nada do gênero, mas é sim um alinhamento – e isso a gente fala publicamente – programático, é necessário que haja um alinhamento programático entre rede, entre a mantenedora dessa rede e a sua rede de escolas, isso é uma necessidade, porque a sociedade, quando vai às urnas, ela escolhe um programa de governo para a educação, que cabe àquele prefeito, pela sua equipe constituída, colocar em vigor ao longo dos próximos quatro anos. Mas eu não posso... Eu escutei vocês atentamente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Vou só garantir a palavra...

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Mas, Cindi, eu ouvi você atentamente. Cindi, a sua fala também está registrada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Cindi, eu vou pedir... A gente tem se pautado, aqui na Comissão de Educação, sempre pelo bom diálogo. Sabem que eu havia encerrado as inscrições ali e ele me pediu um minuto, eu dei dois minutos. Eu dou fala, e por óbvio eu teria que dar fala para todos os vereadores, mas o tempo é igual para os vereadores da Comissão. Eu não faço distinção, quando tem 10, 15 pessoas para falar, eu sempre deixei o debate. Vocês são testemunhas disso; a gente tem, semanalmente, debatido aqui. Então, vamos preservar a fala do secretário, para a gente, então, poder se encaminhar para o fim. Pode ser assim?

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Mas, então, presidente, esse alinhamento é no sentido de que haja um trabalho de rede efetivo, a partir de

diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação. Porque não pode uma única pessoa, lá na ponta, se colocar impedindo que um programa de governo escolhido pela população possa ser colocado em prática. Porque isso, sim, seria um desvirtuamento da democracia. A sociedade vai às urnas e escolhe um programa de governo com um programa para a educação, para a saúde, para a segurança. Queiramos nós ou não, gostemos nós ou não, é assim que a sociedade se manifesta e faz a escolha de um programa. Há quatro anos para a implantação desse programa. Eu não posso, porque eu, isoladamente, não quero, não gosto, enfim, sou contra, ou qualquer outra coisa, essa pessoa se oponha à implantação daquele programa de governo. Isso vale para todas as áreas. E não por acaso, o constituinte colocou isso na Constituição, é prerrogativa do chefe do poder Executivo, tanto é que ele que escolhe o coordenador do posto de saúde, o coordenador do CRAS e assim por diante. Então, é nesse sentido, não é de modo algum, um alinhamento de ordem político-partidário, um alinhamento ideológico, nem nada desse gênero. A minha história fala por mim, no sentido das condutas que sempre adotei. Tenho muito orgulho da minha vida pública, 12 anos com mandato, sem nunca responder por nenhuma ação de improbidade administrativa, ação civil pública, nada nesse sentido. E sempre tendo sido escolhido pela população com percentuais bastante significativos de voto, fruto da aprovação que tivemos no nosso trabalho. Sempre respeitando também as oposições. Eu fui vereador de oposição, depois, enquanto prefeito, tive vereadores na oposição do partido da senhora, vereadora, mas mesmo dentro desse debate, a gente sempre teve uma postura de parte a parte. Há que se dizer que eu tive, na minha transição de governo com um prefeito do Partido dos Trabalhadores, uma postura absolutamente republicana, do prefeito à época. Eu já disse isso outras vezes publicamente. Então eu sou um cara democrático, um cara republicano, que tenho as minhas convicções, certamente tenho as minhas falhas e os meus defeitos, sem dúvida nenhuma, mas que defende aquilo que acredita e que nesse caso específico entende que esse modelo que nós estamos propondo e que chegará a esta Casa nos próximos dias, nas próximas semanas, é um

modelo que representa não um retrocesso, mas um avanço em relação ao modelo que até então está vigente na rede municipal de educação. Mas volto a dizer, respeitando absolutamente quem pensa diferente disso, quem entende que esse é o modelo que deveria continuar vigorando e certamente em muitos momentos se terá a oportunidade de apresentar essa proposta para que a sociedade também possa avaliar. Obrigado e, mais uma vez, fico à disposição.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário.

SRA. CINDI SANDRI: (Manifestação fora do microfone.)

SR. LEONARDO DUARTE PASCOAL: Todas as sindicâncias seguem... Mas todas? Essas duas, Cindi, não serão nem tratadas no sentido de prejudicá-los, nem de beneficiá-los. Todas as sindicâncias têm o mesmo rito e são formadas por uma comissão de servidores de carreira estáveis e efetivos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Cindi. A vereadora Grazi me pediu a palavra, como ela foi citada, para ela efetuar a sua manifestação. Depois eu gostaria de fazer uma manifestação final para encaminharmos para o fim. Nós estamos ao vivo ali pela TVCâmara e também temos que respeitar o tempo.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Quero só fazer uma correção, secretário. Lembrar que, na época, a diretora não fez a sua inscrição, perdeu o prazo de inscrição e, conforme a lei de diretores, no caso da ausência de chapa, a secretária de Educação indicava uma nova direção. Foi só isso que aconteceu. Tinha lei para a eleição de diretores lá e a escola não tinha candidatos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Gostaria de agradecer a presença do nosso secretário de Educação, Leonardo Pascoal. É uma honra tê-lo aqui, pela primeira vez. Vou aqui registrar os meus ciúmes com a Ver.^a Juliana, porque, numa pauta minha, o senhor não esteve aqui presente...

(Risos.) Todo mundo está cobrando, né? Mas esse debate aqui na comissão tem sido um debate muito intenso. A gente tem conseguido chegar a vários consensos, vários dissensos também, mas tem sido bem frutífero aqui o debate. Então, a sua presença aqui engrandece a comissão, não só a sua, como secretário, mas também de todos os nossos convidados que estão semanalmente presentes conosco aqui. Eu gostaria de fazer um pedido, primeiro, a Ver.^a Juliana solicitou acesso às informações sobre as sindicâncias. Eu gostaria só de deixar registrado isso. E esse debate, secretário, sobre o novo projeto de lei, o projeto de lei sobre a questão dos diretores, nós poderíamos, então, efetuar um debate aqui com a presença do senhor. Acho que seria muito oportuno, quando o Executivo apresentar aqui na Casa, a gente poder debater aqui na comissão. O senhor notou aqui que o debate às vezes pode ser um pouco acalorado, mas sempre muito respeitoso. O senhor que vem do Parlamento sabe a importância disso. Então, como presidente da comissão, em nome da Comissão de Educação, gostaria de colocar a Comissão de Educação para apoiar os projetos de educação e nos colocar à disposição. Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.

(Encerra-se a reunião às 16h13min.)